



PLANO DE
GOVERNO
M A R A B Á
2025 - 2028

COLIGAÇÃO
MARABÁ
PODE MAIS

★
DIRCEU 2024



PLANO DE GOVERNO

COLIGAÇÃO “MARABÁ PODE MAIS”

PT – PV – PCdoB – REDE - PSOL

CANDIDATO: DIRCEU TEN CATEN PIES

MARABÁ – PA

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
EIXO 1 – GESTÃO ÉTICA, EFICIENTE, MODERNA E DEMOCRÁTICA	7
EIXO 2 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, CONTROLE SOCIAL E REGULAMENTAÇÃO DA REPARTIÇÃO DA CFEM.	11
EIXO 3 – VALORIZAÇÃO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES	15
EIXO 4 – HABITAÇÃO E MORADIA.....	18
EIXO 5 – AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL	20
EIXO 6 – DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL COM ENFOQUE NA SUSTENTABILIDADE E PROMOÇÃO DO BEM VIVER.....	23
EIXO 7: EDUCAÇÃO	28
EIXO 8 – ASSISTÊNCIA SOCIAL: JUVENTUDE, IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, LGBTQIAPN+ E IGUALDADE RACIAL.....	34
EIXO 9 – CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	45
EIXO 10 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.....	48
EIXO 11 – SAÚDE HUMANIZADA E ACESSÍVEL.....	50
EIXO 12 – SEGURANÇA PÚBLICA.....	62
EIXO 13 – MOBILIDADE URBANA.....	64

APRESENTAÇÃO

Por muito respeitarmos o povo de Marabá, decidimos que nosso Programa de Governo deveria espelhar, em seu conteúdo e em sua confecção, os anseios, sonhos, desejos e carências de nossa gente.

A única forma de alcançar nosso objetivo foi dando voz e vez a todos os segmentos sociais que formam Marabá, este verdadeiro mosaico de interesses e demandas.

Foram inúmeros encontros que oportunizaram a palavra aos profissionais das diversas áreas e aos moradores dos centros urbanos e rurais. As problemáticas vividas, as demandas reprimidas, as necessidades muitas vezes básicas que as gestões anteriores não atenderam, foram apresentadas e registradas por Dirceu ten Caten, o líder que dirige nossa luta. Agora, todas essas colaborações são trazidas em caráter de compromisso para nosso Plano de Governo.

De tudo que vimos e ouvimos, alguns pontos surgem como sinais de alerta em nossa caminhada e serão devidamente enfrentados ao longo deste Plano de Governo que também é nossa Carta Compromisso com Marabá.

Não pode passar despercebido que mais de 75 mil marabaenses ainda vivam abaixo da linha de pobreza. São nossos irmãos mais necessitados, que sobrevivem com pouco mais de 300 reais por mês. É para eles e por eles que lutamos.

É para eles e por eles que apresentamos propostas como o Tarifa Zero, que vai tornar gratuito o transporte coletivo; a construção de novas unidades de saúde e assistência social nos bairros mais periféricos; a ampliação da rede de creches e pré-escola; os grandes investimentos na geração de emprego e renda.

Por décadas, o poder público ignora o sofrimento dos mais humildes em Marabá. Chega de normalizar a miséria e o sofrimento. Chegou a hora de virar esse jogo.

Nossa cidade somente será realmente grande e próspera quando a fome e a miséria forem erradicados; quando todos os filhos dos mais pobres tiverem

acesso à saúde, segurança, alimentação saudável e educação; quando as mulheres estiverem seguras e respeitadas; quando trabalhadoras e trabalhadores puderem prover o sustento de sua família com dignidade.

Este Plano de Governo é nosso mapa e nosso roteiro. Nele estão condensados desejo e certeza. O desejo que milhares de homens e mulheres marabaenses se sintam representados por nossa candidatura e a certeza que Marabá, a cidade que amamos, precisa ser preparada para o futuro.

Vamos a todas as ruas, praças e casas levando a mensagem contida neste Plano de Governo e a mensagem é uma só: Marabá pode mais

13 EIXOS DO PLANO DE GOVERNO

EIXO 1 – GESTÃO ÉTICA, EFICIENTE, MODERNA E DEMOCRÁTICA

A relação do governo municipal com a sociedade e os servidores públicos estará pautada no cumprimento da legislação vigente e na observância de princípios norteadores que visem o respeito aos direitos de cada cidadão e cidadã e o avanço na estruturação de políticas públicas buscando sempre alcançar maior justiça social no município de Marabá.

Com base no PPA (Plano Plurianual), na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e na LOA (Lei Orçamentária Anual), elaborar, com o envolvimento das equipes das secretarias, planejamento detalhado estabelecendo objetivos, metas e prazos. Este planejamento deverá ser acompanhado e avaliado sistematicamente para que correções sejam feitas e de fato se alcance os resultados almejados.

Ações para garantir maior eficiência gerencial:

1. Buscar a eficiência nas ações e programas, isto é, realizar o máximo possível, da melhor forma possível, com o menor gasto possível de recursos financeiros e esforços humanos;
2. Integrar e articular os Planos e Programas das diversas secretarias do governo. Implementar a INTERSETORIALIDADE. Essa conectividade de ações evitará desperdício de tempo e recursos, atendendo de forma mais rápida e eficiente as demandas da sociedade. É preciso quebrar o atual status de cada secretaria ou órgão da prefeitura ser um departamento isolado, desarticulado dos demais;
3. Considerando o gigantismo do território do município, o governo deverá integrar os diversos serviços por bairro/região/zona, gerando agilidade e eficácia no atendimento às necessidades específicas das populações. Essa ação podemos denominar também de Descentralização Administrativa;
4. Oportunizar a profissionalização e o permanente aperfeiçoamento dos agentes, coordenadores, servidores, tanto no aspecto técnico quanto no motivacional e humanitário, mediante um Plano de Capacitação Continuada para todos os setores da administração;
5. Estabelecer novas rotinas e formas de trabalho e vivenciar a avaliação com naturalidade, valorizando aqueles que inovam e criam;

6. Criar um ambiente ético, respeitoso e de confiança entre coordenadores e servidores, com resgate da autoestima, estimulando o compromisso com a construção da plena cidadania através da responsabilidade quotidiana individual e coletiva;
7. Fazer uso cada vez mais ampliado das Tecnologias de Informação e Comunicação com vista à agilidade, eficiência e eficácia dos resultados nos serviços a serem prestados à sociedade, sempre primando pela Transparência e Controle Social;
8. Assegurar ambientes físicos adequados para o bom atendimento aos cidadãos e perfeito desenvolvimento das ações por parte dos servidores;
9. Buscar parcerias com outros entes federados na implementação de ações e programas sociais e investimentos previstos no PPA;
10. Garantir uma relação de urbanidade e, mais que isso, uma relação de entreajuda com Universidades, Centros de Pesquisa, municípios próximos, Consórcios e outras instituições públicas e privadas que possam ser parceiras para maiores avanços em programas e projetos sociais;
11. Garantir uma relação harmônica e transparente com outros poderes e instituições, a exemplo do Judiciário e Ministério Público;
12. Garantir o bom funcionamento de todos os Conselhos Paritários constituídos, apoiando-os para que cumpram suas responsabilidades legais e realizem seus eventos e processos eleitorais;
13. Instituir a Mesa Permanente de Escutas e Negociações com as associações e sindicatos dos servidores públicos municipais, com reuniões periódicas, ordinárias e extraordinárias;
14. Garantir igualmente uma relação respeitosa, porém autônoma, em relação aos movimentos sociais, associações de moradores e sindicatos, estando o governo de portas abertas para o diálogo sempre franco com os mesmos.

Modernização Administrativa

A Modernização Administrativa visará estabelecer uma governança eficaz, eficiente e transparente, tendo os seguintes objetivos:

1. Desenvolver Programas e Projetos de Modernização Administrativa, baseados em uma visão sistêmica de gestão pública, estabelecendo um novo modelo de gestão, com foco em ações integradas na estrutura e nos processos de trabalho das diversas áreas;
2. Desburocratizar a prestação de serviços, agilizando e qualificando o atendimento, padronizando os procedimentos, utilizando instrumentos de Tecnologia de Informação;
3. Estabelecer metas e indicadores para a avaliação dos serviços públicos, mediante produção de relatórios gerenciais;
4. Democratizar decisões, realizar parcerias, criar estratégias de ampliar a arrecadação própria do município;
5. Constituir NOVOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO, entre os quais:
 - 5.1 - Códigos de qualidade do serviço público que possibilitem normatizar procedimentos e avaliação dos serviços por parte da população;
 - 5.2 - Criar indicadores que possibilitem a avaliação interna do trabalho do governo como um todo;
 - 5.3 - Regulamentar as parcerias na execução dos serviços públicos possibilitando a transparência do uso do dinheiro público ao tempo que controla a qualidade do serviço prestado;
 - 5.4 - Implantar a Rede (plataforma) de Atendimento e Informação em diferentes canais: presencial e online;
 - 5.5 - O atendimento presencial será realizado por meio de PONTOS e/ou PRAÇAS onde se concentrará o atendimento direto ao munícipe. Este espaço citado deverá contar com atendentes especialmente qualificados, assim como com instrumentos informatizados, integrados à retaguarda de atendimento dos vários serviços, para que o cidadão possa ter todas as suas solicitações atendidas;
 - 5.6 - O atendimento on-line e portal de serviços WEB deverá integrar a rede de atendimento, utilizando o mesmo padrão e os mesmos indicadores de serviços e com gestão integrada;

Ouvidoria

A Ouvidoria será um Instrumento integrado a toda a gestão dos serviços prestados ao cidadão, sendo um canal para denúncias e reclamações referentes

a serviços solicitados e não atendidos. Portanto a Ouvidoria não deverá ser confundida com “balcão de solicitações”.

1. A Ouvidoria deverá ser instalada, logo após a efetiva integração (INTERSETORIALIDADE) dos diversos serviços a serem prestados à população;
2. Os ouvidores (as) poderão ser eleitos pela população, com prazo de mandato a ser regulamentado;
3. A Ouvidoria cumprirá o papel de mediação entre a população e o governo, oferecendo aos cidadãos a possibilidade de monitorarem os serviços públicos, oferecendo sugestões para o aprimoramento dos procedimentos;
4. A Ouvidoria deverá ter estrutura própria e necessária, fornecida pelo governo, para o bom atendimento ao cidadão e à cidadã.

EIXO 2 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, CONTROLE SOCIAL E REGULAMENTAÇÃO DA REPARTIÇÃO DA CFEM.

O governo assume o compromisso e a responsabilidade de garantir, a todos os cidadãos, acesso às informações sobre a legislação orçamentária/financeira, o PPA, a LDO e LOA, sobre a arrecadação própria, as transferências constitucionais, em contraponto às demandas reprimidas e necessidades sentidas pela população desta cidade de Marabá que se mantém em franco crescimento.

A participação da população nas decisões do governo é um poderoso instrumento para a superação da tradição clientelista e assistencialista que permeia a cultura política brasileira. Essa superação deve iniciar no município e, neste governo se dará através das seguintes ações:

1. Fortalecer os canais de participação já existentes, como os Conselhos Municipais (Criança e Adolescente, Meio Ambiente, Educação, Saúde, outros) e a Ouvidoria, a ser criada;
2. Organizar CONFERÊNCIAS temáticas anuais como espaço para avaliação das ações realizadas pelo governo no ano anterior e como oportunidade para os participantes indicarem prioridades para a Lei Orçamentária Anual do ano seguinte;
3. Criar COMITÊS populares a serem eleitos pelos moradores beneficiários, para fazer o acompanhamento da execução de obras de infraestrutura. Além desses Comitês, será garantida a transparência da arrecadação e investimentos através de assembleias comunitárias e via portal da transparência;
4. Fomentar a articulação entre os diversos canais institucionais de participação, fortalecendo a intersetorialidade, quebrando o isolamento, superando a segmentação e setorialização das políticas sociais;
5. Promover atividades de formação sobre políticas sociais, funcionamento da administração pública, o papel dos canais de participação e a importância da gestão democrática;
6. Garantir a participação da sociedade na deliberação sobre a utilização/aplicação/investimento da parcela do Orçamento chamado

INVESTIMENTO, que é flexível. A parte orçamentária já carimbada legalmente para serviços e políticas sociais será submetida à avaliação e sugestões de melhorias através dos instrumentos já citados;

7. Promover o ORÇAMENTO PARTICIPATIVO através de Fóruns Territoriais, tanto urbanos quanto rurais onde serão eleitas as prioridades para o investimento do ano seguinte. No mesmo Fórum, o governo fará a Prestação de Contas Pública dos investimentos realizados. Este será mais um canal que garantirá o princípio legal basilar da TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR;
8. Utilizar recursos, técnicas e metodologias que facilitem o entendimento e a comunicação em todos os eventos públicos do governo, a exemplo de braile, libras, filmes, audiovisuais, teatro, tornando os eventos também agradáveis e leves, estimulando a ampliação da participação dos munícipes;
9. Reconhecer a Câmara de Vereadores como um poder autônomo com o qual o Poder Executivo deve se relacionar de forma respeitosa, o que inclui o estímulo para que vereadoras e vereadores participem das atividades/eventos públicos do governo, através dos diversos canais de participação;
10. Investir na mudança cultural da sociedade, dos servidores públicos, especialmente no quesito direitos e deveres cidadãos, o papel do governo e suas responsabilidades, os direitos dos cidadãos e suas responsabilidades para se alcançar o crescimento e desenvolvimento do município enquanto uma cidade polo com vasta geração de oportunidades. A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ poderá conduzir governo e sociedade a uma cidade que todos e todas passem a amar, zelar, cuidar e onde se possa viver mais FELIZ.

Democratização da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) em Marabá:

Uma das grandes questões, ao se falar em Orçamento Participativo, é a utilização da CFEM. Um recurso significativo para o município de Marabá. Em 2020, Marabá foi o nono município do Brasil com maior arrecadação de CFEM, totalizando 159.456.782, dos quais retornaram da União para a prefeitura 92.457.149, segundo dados do Projeto de Pesquisa “De Olho na CFEM”.

Historicamente, Marabá tem sido um polo de exploração minerária sem que, no entanto, essa riqueza se reflita em melhoria das condições de vida da população ou no desenvolvimento do território ou região.

Diante desse cenário, nosso Plano de Governo propõe debater, através de Audiências Públicas, a melhor destinação desses recursos, desde que não seja para pagar despesas com pessoal ou dívidas, exceto com a União.

Esses debates com a sociedade e os Conselhos Municipais, definirão as porcentagens a serem investidas para a melhor utilização desse recurso, conforme seguem as propostas:

- a) Mobilidade Urbana: investimento em Transporte Público Urbano, com ônibus de graça para a população (Programa Tarifa Zero), agregado aos transportes alternativos, como uma forma de aquecer a economia das famílias e estimular a circulação de dinheiro no comércio, fruto da economia das pessoas frente ao ônibus de graça, política pública já em curso em mais de cem municípios brasileiros;
- b) Meio Ambiente: ações voltadas à preservação ambiental e mitigação dos impactos causados pela mineração;
- c) Fortalecimento das Economias de Origem Não Mineral: diversificação da economia local por meio do apoio à Agricultura Familiar, Economia Solidária (ECOSOL), cooperativismo, associativismo e verticalização da produção, reconhecendo a finitude dos recursos minerais;
- d) Saúde: considerando que para o atendimento à saúde já existe uma legislação em vigor e previsão orçamentária, recursos da CFEM poderão ser usados em casos excepcionais;
- e) Saneamento Básico: investir em Saneamento é investir em Saúde e qualidade de vida. Em Marabá urge um maior investimento em abastecimento de água e canalização de esgotos e águas servidas;
- f) Educação em Ciência e Tecnologia: incentivo e Educação em Inovação Tecnológica como um caminho para a juventude alçar oportunidades como também passarmos a ter uma cidade tecnologicamente mais avançada;
- g) Fundo de Amparo a Desastres Naturais: criação de um Fundo específico para responder a desastres naturais, a exemplo das enchentes que se repetem em nosso município;

h) Turismo, Cultura e Esporte: Marabá possui pleno potencial turístico e cultural para se tornar uma referência regional além de atender a uma expectativa reprimida da população marabaense e o esporte amador, em suas diversas modalidades, precisa do incentivo público e, parte da CFEM pode contribuir neste foco.

A democratização e a transparência na utilização dos recursos da Compensação Mineral são da maior importância para a evolução da cidadania em nosso município, assim como para se avançar em estruturação de formas alternativas de sustentabilidade econômica e de renda para as famílias, com vistas a pós mineração.

EIXO 3 – VALORIZAÇÃO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

A temática específica da Mulher precisa constar como um Eixo no Plano de Governo. Afinal, pesquisa do IPEA, realizada em 2017, mostra que Marabá tem o pior índice de desenvolvimento humano para as mulheres no Brasil. De lá para cá, pouca coisa mudou.

A estrutura de saúde para mulheres está aquém da necessidade da população, fazendo elas até desistirem de cuidar da sua saúde. A situação das mulheres rurais é ainda pior por conta das grandes distâncias e da precariedade de estrutura e recursos humanos para atender a população.

Em Marabá, as mulheres são mais pobres que os homens, especialmente as negras e a cidade se destaca negativamente como o quarto município do Brasil com o maior índice de feminicídios.

As mulheres precisam ser cuidadas, protegidas, valorizadas e empoderadas num processo pedagógico social, através da implementação de Políticas Públicas.

O governo se propõe a criar a Secretaria da Mulher, que atue de forma intersetorial com outras secretarias do governo visando avançar na implementação da Lei Municipal nº 18.033, de 21 de maio de 2021 que INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO MUNICÍPIO DE MARABÁ. Lei baseada na Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e nos Planos Nacional e Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Nosso governo assume o compromisso com a gradativa implementação do Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres e com a execução de outros projetos e programas, entre os quais:

1. Mais escolas de tempo integral, para que as mulheres/mães possam estudar e trabalhar, fortalecendo o orçamento familiar;
2. Novas creches, um dos mais fortes clamores dos movimentos de mulheres de Marabá, especialmente pelo altíssimo percentual de Mulheres que são mães solo e pobres sem terem condições de pagar ajudante para cuidar das crianças para poderem estudar e/ou trabalhar;
3. Ampliação dos cuidados com as crianças com deficiência e crianças com Transtorno do Espectro Autista;

4. As mulheres sofrem com a precariedade do Transporte Escolar dos seus filhos e a merenda escolar que muitas vezes falta e é de baixa qualidade;
5. Contratação de neuropediatras, que inexistem no município;
6. Construção de um Pronto Socorro Municipal, com leitos, no Complexo São Félix;
7. Construção do Pronto Socorro, com leitos, na Região do Rio Preto, Zona Rural de Marabá;
8. Atenção Plena à obstetrícia. Marabá possui uma estatística vergonhosa de violência obstétrica com óbitos de mães e bebês no Hospital Materno Infantil, o que precisa ser revertido com um novo espaço e ampliação de leitos e mais profissionais de saúde;
9. Transporte Público de qualidade, que hoje praticamente inexistente, prejudicando grandemente a vida das mulheres em todos os aspectos;
10. Ampliar a atenção para a área rural e para a periferia da cidade com incentivo cultural, projetos de arte-educação, modalidades esportivas femininas e apoio a projetos de economia solidária para as mulheres;
11. Fortalecer políticas de proteção relacionadas às diversas formas de violência sofridas pelas mulheres, tanto no ambiente doméstico quanto nas ruas;
12. Promover e irradiar oportunidades de uma reeducação social de combate ao machismo, preconceito e misoginia com vista a uma Marabá com maior igualdade de gênero e harmonia nos relacionamentos interpessoais, familiares e sociais. Este aspecto também ser tema transversal na educação formal;
13. Garantir recursos para que a Secretaria da Mulher, a ser criada, possa implementar as ações previstas no Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres;
14. Garantir às mulheres o acesso regular ao exame de mamografia e ultrassonografia mamária, com a aquisição de mais equipamentos (mamógrafos e outros), contratação de mais profissionais, aliado à fortes campanhas de esclarecimento e orientação ao público feminino, garantindo também às mulheres o acesso regular ao PCCU.
15. Criar o Programa de Atendimento à Saúde Mental da Mulher;

16. Realizar campanhas educativas com toda a sociedade, envolvendo os homens no abraço da causa de combate a todas as formas de violência em relação às mulheres.

EIXO 4 – HABITAÇÃO E MORADIA

Programa de Regularização Fundiária: A regularização fundiária no município de marabá depende da regulamentação por Lei, do macrozoneamento de ocupação do solo, nas zonas Urbana e Rural.

O macrozoneamento urbano fixará as regras fundamentais de ordenamento do território da sede do município e demais sedes dos distritos, tendo como referência as características do ambiente natural e construído.

O Macrozoneamento Rural define-se como a zona rural, a região do município não classificada como zona urbana ou Zona de Expansão, não urbanizável ou destinada à limitação do crescimento urbano, utilizada em atividades agropecuárias, agroindustrial, extrativismo, silvicultura e/ou conservação ambiental.

A regulamentação deverá começar pelas zonas especiais. São as áreas do território municipal que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de uso e ocupação do solo, sobrepondo-se ao zoneamento de uso e ocupação do solo municipal e ao macrozoneamento urbano.

- 1 – Zonas Especial de Interesse Social (ZEIS)
- 2 – Zonas Especial de Interesses Ambiental (ZEIA)
- 3 – Zonas Especial de Proteção Patrimonial (ZEPH)
- 4 – Zonas Especial de Segurança Alimentar (ZESA)
- 5 – Zonas Especial Industrial (ZEI)
- 6 – Zona de Segurança do Aeroporto (ZSA)
- 7 – Zona Especial de Comercio e Serviço (ZECS)
- 8 – Zona Especial de Interesse Turístico (ZEIT)
- 9 – Zona Especial de Interesse Urbanístico (ZEIU)

Na regulamentação poderemos definir outras áreas do território como zonas especiais.

a) Habitação: Vivemos em uma cidade tomada pela especulação imobiliária, que dificulta aos trabalhadores (as) o acesso à casa própria. O direito à moradia digna perde seu sentido social e se estabelece como uma mercadoria muito cara e muitas vezes inacessível para a maioria da população. O déficit habitacional urbano de Marabá é muito grande ainda. Segundo consta em informações comerciais, há uma oferta de aproximadamente 30.000 (trinta mil) lotes e imóveis particulares. Diante de uma gigante demanda reprimida de casa própria, nosso governo assume os seguintes compromissos:

- 1 – Identificar a demanda reprimida por moradia nas zonas urbana e rural;
- 2 – Diagnosticar as condições de habitabilidade no município;
- 3 – Proporcionar apoio e suporte técnico às iniciativas individuais ou coletivas da população na construção ou reforma de moradias;
- 4– Implementar um Programa de Construção/Reforma de Moradias Populares;
- 5 – Avançar na regularização jurídica nas áreas urbana e rural, incluindo a regularização de terrenos públicos e mediação para ocupação de terrenos privados em conformidade com outros entes federados, como o Serviço de Patrimônio da União, INCRA e ITERPA;
- 6 – Apoiar a iniciativa privada na construção de residenciais próximos ao centro da cidade, proporcionando acesso dos moradores aos serviços e aos equipamentos urbanos no município.

EIXO 5 – AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

Segundo o último Censo do IBGE (2022), Marabá tem 266.536 habitantes. Desse total, 47.399 vivem em áreas rurais. Nada menos que 65,24% de nossos irmãos marabaense que vivem na área rural ganham, em média, apenas R\$ 168,26/mês.

A força dos movimentos sociais foi capaz de fazer surgir 84 (oitenta e quatro) Projetos de Assentamento (PAs) em Marabá, abrangendo aproximadamente 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) hectares de terra e beneficiando mais de 9.000 (nove mil) famílias.

Apesar do importantíssimo Programa “LUZ PARA TODOS” do Governo Lula já ter chegado a todos os PAs, as maiores dificuldades para a mitigação da pobreza e a produção e comercialização de alimentos hoje são a logística - estradas e transporte - e a pouca assistência técnica. O acesso à saúde também é precário, assim como a qualidade do ensino.

Diante desse contexto apresentamos áreas prioritárias de investimento para o desenvolvimento desses territórios:

1. Criação de um fundo de investimento para fomentar a produção de alimentos agroecológicos de origem vegetal e animal, a agroindustrialização, comercialização, assistência técnica contínua, com o objetivo de desenvolver os assentamentos e a agricultura familiar com participação do movimento social e suas organizações.
2. Estruturar a política municipal de Fomento e Crédito Subsidiado para cooperativas;
3. Ampliar o orçamento da Secretaria de Agricultura do Município através de um Fundo de Investimento exclusivo para incentivar a produção de alimentos, a agroindustrialização e a comercialização nos assentamentos, com a produção e uso de bioinsumos, possibilitando fomentar a instalação de biofábricas nos assentamentos e investindo em iniciativas de energias renováveis focadas na finalidade agrícola e na agroindústria;
4. Ampliar os viveiros de mudas e fomentar a organização de bancos de sementes;

5. Garantir o aumento da participação das famílias assentadas na comercialização da produção;
6. Proporcionar o acesso e difusão de máquinas agrícolas e implementos para os assentamentos e agricultura familiar;
7. Criar a política de fomento à produção da base agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis no município;
8. Destinar recurso necessário para a construção de reservatórios de água, poços artesianos e microssistemas de irrigação para a produção agropecuária;
9. Apoiar um programa massivo de recuperação de nascentes e plantio de árvores nativas e frutíferas em áreas degradadas;
10. Criar e estruturar o programa da cadeia produtiva do leite;
11. Garantir a destoca, mecanização e correção do solo, via Secretaria de Agricultura;
12. Estruturar a cadeia produtiva de mel no município;
13. Implantar a atividade de suinocultura e psicultura;
14. Estruturar uma feira, com casa de apoio e logística de transporte, para os feirantes na Vila Sororó;
15. Incentivar a irrigação com energia renovável para a agricultura;
16. Apoiar a COARA AMAZÔNICA para investimento produtivo na área da pecuária, fruticultura e culturas anuais;
17. Implantar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS), disponível no Sistema Único Saúde (SUS), democratizando o acesso a diversas práticas integrativas como fitoterápicos e outras terapias que possam contribuir com saúde da população marabaense;
18. Acessar o Programa Nacional de Plantas Medicinais Fitoterápicas, possibilitando a terapia complementar às unidades básicas de saúde com agentes comunitários de saúde;
19. Garantir a disponibilidade de atendimento médico nas comunidades rurais ao menos uma vez ao mês;
20. Proporcionar o acesso ao programa da distribuição de absorventes para quem precisa, conforme a Lei Federal 14.214 de 2021;
21. Garantir ambulâncias para atender às comunidades rurais;

22. Realizar regularmente o controle de zoonoses de animais no campo;
23. Garantir médico em caráter permanente nos grandes distritos do município;
24. Construir uma UPA na Vila Sororó;
25. Implantar academias ao ar livre, de uso comunitário nas vilas rurais;
26. Construir campos de futebol equipados com espaço de apoio, materiais esportivos e iluminação;
27. Construir um centro cultural no PA “26 de Março”, trabalhando esse espaço como uma unidade demonstrativa que possa servir de referência para outros assentamentos;
28. Garantir investimentos na área da cultural com cursos e oficinas nas vilas e distritos rurais;
29. Incentivar a música, o teatro, as apresentações culturais, as artes visuais e mídias sociais também no campo;
30. Estruturar, em parceria com os governos Estadual e Federal, uma política de apoio à construção e reformas de habitações em assentamentos da reforma agrária.

EIXO 6 – DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL COM ENFOQUE NA SUSTENTABILIDADE E PROMOÇÃO DO BEM VIVER

O município de Marabá precisa enfrentar diversos desafios no que diz respeito à gestão ambiental. A intervenção antrópica no relevo terrestre, quando desenvolvida sem levar em consideração os aspectos conservacionistas, pode acelerar o processo de degradação ambiental.

Além disso, Marabá lida com a mineração, talvez uma das atividades que mais contribui para a alteração da superfície terrestre, afetando não somente a paisagem local, mas toda a dinâmica ecossistêmica, sendo um tema sensível e importante no contexto regional.

Outra problemática latente na região é a falta de políticas públicas de conservação ambiental, tornando necessário fortalecer a educação ambiental e tornar mais rígido o controle das atividades econômicas e as ações de fiscalização.

A nossa gestão se compromete em tornar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente mais propositiva e não só fiscalizadora, buscando trazer políticas públicas que dialoguem verdadeiramente com as comunidades e territórios, com o compromisso de buscar transformar Marabá em uma referência de sustentabilidade e bem viver.

a) CAPTAÇÃO DE RECURSOS, LEGISLAÇÃO E PROJETOS

1. Garantir a transparência dos investimentos da CFEM, da Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e do ICMS Verde, a fim de que sejam direcionados em melhorias ambientais e desenvolvimento social;
2. Constituir uma equipe específica para a elaboração de projetos, com a finalidade de conseguir disputar recursos oriundos de editais estaduais, nacionais e internacionais;
3. Efetivar parcerias entre a prefeitura e as entidades que atuam na área ambiental;
4. Estruturar o PCCR dos Servidores Ambientais;
5. Criar Unidades de Conservação Municipais;

6. Investir no ecoturismo;
7. Avançar nas ações de desmembramento dos lotes urbanos das antigas fazendas conhecidas como do Aurélio, Manoel de Barros e Canaã, para titulação popular;
8. Incentivar a população a plantar árvores, corroborando com a arborização urbana, mediante descontos no IPTU ou outras premiações;
9. Elaborar o Plano Municipal de Prevenção e Enfrentamento às mudanças climáticas;
10. Investir em energias renováveis, especialmente em equipamentos públicos municipais como escolas, postos de saúde, hospitais, UPAs e outros;
11. Discutir com governo federal e o Ministério Público, as condicionantes do projeto de derrocamento do Pedral do Lourenção, no que afetará o município de Marabá;
12. Fazer o enfrentamento ao racismo ambiental;
13. Aumentar o efetivo de servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
14. Fortalecer o Fundo Municipal de Meio Ambiente;
15. Elaborar um Plano Municipal específico em relação às recorrentes enchentes na nossa cidade;
16. Trazer o debate da COP 30 para cidade de Marabá;

b) FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

1. Fortalecer as ações de fiscalização ambiental no que diz respeito ao uso dos recursos naturais;
2. Criar um sistema de fiscalização e monitoramento relacionado às emissões de gases atmosféricos, por meio de uma parceria entre Poder Público Municipal e Instituições de Ensino Técnico e Superior;
3. Criar mecanismos de controle e fiscalização da poluição sonora;
4. Criar um mecanismo de Disque-Denúncia específico na Secretaria de Meio Ambiente;
5. Intensificar a fiscalização, com aplicação de sanções severas, àqueles que promovem a degradação ambiental;
6. Investir na fiscalização da produção mineral, tanto para a observância e cumprimento da legislação vigente como para ampliar a arrecadação da CFEM;

c) LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1. Incentivar o aumento da arrecadação do ICMS VERDE municipal, através dos principais indicadores que contribuem para o aumento do repasse deste recurso, que são: regularização ambiental (validação do Cadastro Ambiental Rural, regularização das reservas legais), níveis de desmatamento municipal e a capacidade de gestão do órgão ambiental;
2. Informatizar o processo de licenciamento ambiental do município, sendo necessário analisar os processos atuais e identificar requisitos. Optar entre desenvolver ou adquirir um sistema adequado, garantir a infraestrutura tecnológica, digitalizar documentos existentes e migrar dados, além de treinar funcionários e oferecer suporte técnico. A implementação deve ser gradual, com monitoramento contínuo para ajustes. Essa transição para o formato digital agilizará os processos, reduzindo o uso de papel, economizando espaço físico, e aumentando a transparência e a acessibilidade para os solicitantes.

d) SANEAMENTO BÁSICO

1. Criar o programa de saneamento básico (fossas sépticas e poços para imóveis urbanos e rurais);
2. Criar um programa municipal de monitoramento da qualidade da água;
3. Manter a titularidade da estatal COSANPA no município na área do saneamento básico;
4. Construir microssistemas de captação, tratamento e distribuição de água, na Zona Rural;
5. Revisar o Plano de Saneamento, para que atenda às especificidades ecológicas e estruturais nos bairros do município;
6. Construção de um aterro sanitário controlado;
7. Implantar a Coleta Seletiva do Resíduo Sólido Público, Privado e Domiciliar, acompanhado de ampla campanha educativa de conscientização;
8. Incentivar a população a estruturar compostagens domésticas, tanto para reutilização de parte do seu lixo domiciliar quanto para a estruturação de hortas;

9. Elaborar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos que inclua a criação de cooperativas de catadores e recicladores de resíduos, assim gerando emprego e renda;
10. Otimizar a estação de tratamento de esgoto da cidade;
11. Concluir a obra da “Grotta Criminosa”.

e) SAÚDE ANIMAL

1. Reforma e ampliação do CCZ;
2. Expandir o programa de vacinação, castração e controle de zoonoses pelo CCZ.

f) ARBORIZAÇÃO

1. Ampliar as áreas verdes da cidade priorizando o plantio de frutíferas;
2. Cuidar das nossas nascentes e igarapés;
3. Descentralizar a distribuição de mudas na cidade;
4. Estabelecer o banco de sementes focado em árvores ameaçadas de extinção;
5. Investir no Parque Zoo-botânico;
6. Elaborar o Plano de Arborização dos Bairros da Cidade, com criação de bosques urbanos.

g) EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. Criar o Programa Jovem Ambientalista visando a seleção de jovens em situação de vulnerabilidade social, para atuação em projetos socioambientais;
2. Criação de Hortas Urbanas para geração de renda e redução do preço dos alimentos para as famílias;
3. Implementar o Programa Federal Quintais Produtivos como alternativa para a geração de trabalho, produção de alimentos e desenvolvimento sustentável;
4. Manter a produção permanente de um amplo Viveiro de Mudas vinculado inclusive ao ano escolar do ensino fundamental e médio;
5. Implementar o Projeto “Nasce uma Criança, Planta-se uma Árvore”, numa intersectorialidade entre as Secretarias de Meio Ambiente e Saúde;
6. Incentivar os produtores de água, que protegem nascentes e matas ciliares através de gratificações a serem definidas;
7. Elaborar o Projeto Escolas Sustentáveis.

EIXO 7: EDUCAÇÃO

A rede municipal de ensino do município de Marabá, PA, é uma das mais robustas do estado, sendo composta hoje por 266 escolas¹. Desse total, 196 são municipais, 2 federais, 25 estaduais e 43 da rede privada, além de duas escolas cívico-militares. Essa rede atende, segundo dados do Educa Censo/2023² um total de 48.166 alunos da educação infantil ao ensino médio, sendo: 3.070 alunos em creches; 7.456 alunos na pré-escola; 19.748 alunos nos anos iniciais (1º ao 5º ano); 17.692 alunos nos anos finais (6º ao 9º ano); 10.726 alunos no ensino médio; 3.536 alunos no EJA; 2.276 alunos em escolas de educação especial. Para atender essa rede dos anos iniciais ao ensino médio, há 1.613 professores lotados, segundo dados do Educa Censo/2023.

É responsabilidade do governo municipal não somente gerir essa rede de ensino, como também implementar políticas públicas de interesse da comunidade, elevando a qualidade do ensino em todos os seus segmentos, de forma a coordenar as ações dos diversos setores da educação em nosso município.

Para financiamento da educação da rede municipal de ensino, Marabá receberá do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, FUNDEB, um total de R\$ 344.521.387,50 (trezentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e um mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), nesse ano de 2024³. Além disso, o município estima arrecadar mais de 1,9 bilhões de reais para esse ano, sendo que 25% dos recursos próprios desse valor devem ser investidos em educação. Com esses recursos, de forma bem gerida, com compromisso político, é que colocaremos o nosso município entre os melhores nos índices educacionais de nosso país.

Nesse sentido, o compromisso do nosso governo com educação se expressa em dar autonomia à Secretaria Municipal de Educação para estabelecer diálogo permanente com o sindicato representativo dos trabalhadores em educação, através da mesa permanente de educação para

¹ <https://qedu.org.br/municipio/1504208-maraba>

² Fonte: Censo, INEP - 2023

³ https://cnm.org.br/informe/estimativa_fundeb

deliberar sobre as pautas apresentadas por essa categoria. É também nosso compromisso, o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, do Conselho do Fundeb e do Conselho da Merenda Escolar.

Por fim, cabe ainda dizer que assumimos os seguintes compromissos com a educação em nosso município:

1. Implantação, gradativa, de creches: embora o atendimento educacional de 0 a 3 anos, em creches, não seja uma etapa obrigatória na Educação Básica, ofertar educação escolar para as crianças desde a mais tenra idade é um dos importantes aliados na promoção do desenvolvimento infantil, bem como na elevação dos níveis de sucesso escolar e redução das desigualdades sociais.
2. Integrar as políticas públicas de educação, saúde e assistência social às crianças de 0 à 6 anos: Agir de maneira intersetorial é fundamental para o planejamento e implementação de ações educativas voltadas para primeira infância, como prevê o artigo 7º do Marco Legal da Primeira Infância, objetivando assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança.
3. Ampliar as matrículas para a pré-escola: a pré-escola, etapa da educação infantil que atende crianças de 4 a 5 anos, é a primeira etapa obrigatória da educação básica. Várias pesquisas comprovam que a educação infantil, ofertada com qualidade, tem efeitos positivos, consistentes e duradouros na vida das crianças. A universalização da pré-escola está prevista na legislação educacional e na meta 4.2 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que dispõe sobre a oferta de educação de qualidade na primeira infância. Embora a oferta de vagas e a matrícula na pré-escola sejam obrigatórias, a universalização desta etapa da educação básica ainda não foi concretizada, conforme apontam dados do IBGE.
4. Ampliar a oferta com estrutura e infraestrutura para Educação em Tempo Integral: a ampliação da oferta da educação em tempo integral na educação infantil e fundamental está prevista na legislação educacional e se constitui como política pública de ampliação do tempo, dos espaços e das oportunidades educativas, objetivando elevar a qualidade do ensino, ampliar o tempo de vivência escolar e desenvolvimento educacional, promover a

educação integral dos alunos, em consonância com as diretrizes nacionais, estaduais e as do próprio município.

5. Implementar gradativamente a Robótica Educacional nas escolas de Ensino Fundamental: inserir a robótica no currículo escolar é de extrema relevância para o desenvolvimento intelectual e social dos alunos, uma vez que permite o engajamento na solução de problemas e trabalho em equipe, despertando o interesse pelas ciências exatas, pela pesquisa e pela inovação.
6. Ampliar a oferta de matrículas para EJA e Implantar a educação profissional na Educação de Jovens e Adultos – EJA: ofertar a EJA profissionalizante é um desafio, no entanto, acreditamos ser um importante passo no combate à evasão escolar, como também para a inserção no mercado de trabalho, ampliando as oportunidades de emprego e renda aos jovens e adultos que não frequentaram a escola na idade própria.
7. Implementar a Hora-atividade aos professores em exercício do magistério: a hora-atividade do professor é um recurso estabelecido na Lei de Diretrizes Base da Educação - LDB, que oferece um tempo fora de sala de aula, mas dentro da escola, para planejamento, formação continuada e demais atividades correlatas ao trabalho docente e é um instrumento de valorização dos profissionais da educação.

Da Educação do Campo

Para que a Educação do Campo realmente aconteça no município de Marabá faz-se fundamental a articulação de diferentes políticas em âmbito institucional, as quais possibilitem uma nova institucionalização das organizações de ensino, o que perpassa pela reformulação de inúmeras políticas, tendo como prioridade:

1. Política de concursos públicos: estabelecer critérios capazes de definir perfis profissionais que atendam à política de educação do campo, bem como que priorize os profissionais com licenciatura ou especialização em Educação do Campo.
2. Educação Infantil do Campo: ampliar a oferta para as comunidades do campo adaptando transporte escolar para esta modalidade.

3. Ensino Fundamental – Classes multisseriadas e ensino modular: Estabelecer formação continuada para os professores do campo e diretrizes estratégicas capaz de orientar práticas que contribuam para o desenvolvimento do currículo via tema gerador, de modo a superar a contraditória seriação ainda presente, de modo a promover o diálogo de conhecimentos (dos agricultores e escolares) em prol da construção de soluções sustentáveis às problemáticas existentes nos diferentes territórios, de maneira a respeitar e fortalecer as culturas existentes.
4. Ensino Fundamental – Modular e Seriado: estabelecer diretrizes estratégicas capaz de orientar práticas que contribuam para o desenvolvimento do currículo ético-crítico, promotor do diálogo de conhecimentos (dos agricultores e escolares) em prol da construção de soluções sustentáveis às problemáticas existentes nos diferentes territórios, de maneira a respeitar e fortalecer as culturas existentes.
5. Política de Formação Continuada: estabelecer diretrizes capazes de delinear estratégia para construção de uma nova racionalidade docente, fundamentada na concepção da educação libertadora, capaz de construir pertencimento com o público atendido, a ponto de colocar a instituição educativa a serviço da comunidade e contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável.
6. Política de Permanência e Êxito na escola: estabelecer diretrizes de auxílios (transporte, alimentação, moradia, livros, tecnologias, eventos, entre outros) e de bolsas, como forma de assegurar a permanência e o êxito dos estudantes de baixa renda, o que requer repensar política de financiamento da educação.
7. Política de Currículo do/no Campo do Município de Marabá: estabelecer diretrizes estratégicas capazes de ressignificar o currículo e o calendário escolar da educação básica, a partir de processos de pesquisa com fins de construção curricular para levantar as situações sociais limite existentes e problematizá-las e, assim, realizar o estudo da realidade do território onde a escola está inserida

Outras demandas fundamentais:

1. Educação especializada para pessoa com deficiência: (autismo e pessoas com deficiência). Garantir o que está previsto no PME (Plano Municipal de Educação);
2. Fomentar melhorias no IDEB: investindo em qualidade do ensino campo e cidade, valorizando o profissional da educação, comprometendo os mesmo com a qualificação de suas práticas afim de o município alçar ao menos ficar entre os cinco melhores municípios do IDEB no Pará;
3. Sanar as dívidas com a educação: isso mediante avaliação de técnicos jurídicos, contábeis e do Ministério Público uma vez que há indícios de que esta dívida hoje estaria próxima aos 170 milhões de reais, computando os atrasos com a atualização das progressões e promoções;
4. Dívidas do Piso Salarial Nacional do Magistério: ajustar o salário do professor (hoje estaria com 48% de defasagem);
5. Construir a Mesa de Negociação Permanente: com todos os sindicatos para encaminhamento das pautas comuns e setoriais;
6. Celebrar termos de cooperação com os IFPAs industrial e rural;
7. Garantir o Piso na data-base anual;
8. Avaliar a possibilidade de reajuste do vale alimentação;
9. Capacitação de professores: Garantir o acesso dos professores à formação continuada através de convênios com a UNIFESSPA, IFPA, UFPA;
10. Garantir o número de alunos com deficiência e TEA por sala como previsto em lei;
11. Avaliar a possibilidade de uma gratificação maior aos professores do campo;
12. Construir Quadras poliesportivas cobertas nas escolas para o desenvolvimento adequado das atividades culturais e esportivas;
13. Avaliar a possibilidade do pagamento de Insalubridade para todos os profissionais da educação e aos que trabalham fora de sede;
14. Fomentar a oferta do Curso de medicina na UNIFESSPA e UNESSPA;
15. Criar a política de transporte público para estudantes em todo município
16. Ofertar o Uniforme e o Kit escolar para alunos da rede pública municipal;
17. Melhorar a qualidade da alimentação escolar e aumento dos materiais de expediente;
18. Criar forte intersetorialidade com a secretaria de saúde para cuidar da Saúde mental de professores e alunos;

19. Resgatar o plano de educação do campo e construir a proposta curricular para o campo, bem como ofertar concurso público para licenciados em Educação do Campo.
20. Realizar a Eleição Direta para diretores de escolas.

EIXO 8 – ASSISTÊNCIA SOCIAL: JUVENTUDE, IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, LGBTQIAPN+ E IGUALDADE RACIAL

Segundo relatos oficiais, Marabá está deixando muito a desejar no que diz respeito à Assistência Social. O DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL 2020-2022, elaborado pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial, retrata situações preocupantes. Aliás, o citado departamento foi EXTINTO pela atual gestão.

O diagnóstico realizado sobre a realidade dos territórios de Marabá mostra um crescimento na demanda por serviços de Assistência Social, especialmente durante a pandemia, e destaca a desproporcionalidade nas taxas de cobertura desses serviços. O perfil predominante dos atendidos na proteção social básica é composto por famílias chefiadas por mulheres pardas e pretas, adultas ou idosas, com baixa escolaridade, em subempregos ou desempregadas, e com renda abaixo de um salário mínimo. Essas informações indicam a necessidade de ações conjuntas com políticas de Educação, Emprego e Renda, além de mais políticas específicas para mulheres.

Os dados também identificaram os bairros com maior demanda por intervenções, como Laranjeiras, Independência, Liberdade Infraero, São Félix I e II, entre outros, ressaltando a necessidade de ampliar a cobertura de serviços nesses territórios

As ações de Assistência Social dividem-se em duas categorias de acordo com a natureza ou tipo de complexidade do atendimento: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial:

a) PROPOSTAS PARA MELHORIAS DOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DE MARABÁ:

1. Primeiro passo para uma assistência de qualidade começa com a contratação de uma coordenação de vigilância socioassistencial, que deverá fazer essa gestão municipal, aqui vale ressaltar a importância desta equipe ser completa, não bastando apenas profissionais do serviço social, e sim uma equipe multidisciplinar, que deve contar com profissionais das ciências

sociais, da antropologia, da psicologia, da pedagogia e demais áreas que seja observada a necessidade (a vigilância que existia foi extinta no atual governo, segundo informações de servidores da secretaria).

2. Criação de mais CREAS (Centros de Referência Especializado de Assistência Social) nos bairros ainda desassistidos, como o distrito da Marabá Pioneira, bairro São Félix e Nova Marabá, além da ampliação dos já existentes e implantação de CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), nos distritos da zona rural;
3. Criar no mínimo cinco CRAS nos bairros periféricos e residenciais onde estão os maiores índices de tráfico e violência intrafamiliar, como os residenciais Tiradentes, Tocantins, Magalhães, entre outros;
4. Ampliar a rede socioassistencial, para a realização do atendimento domiciliar as famílias em vulnerabilidade, levando orientação social, principalmente para o atendimento aos idosos e informações necessárias aos usuários sobre os direitos básicos e exercício da cidadania, através dos CRAS e CREAS;
5. Valorização e capacitação dos trabalhadores da assistência, instituindo o plano de cargo e carreiras, para melhorar os serviços prestados à população;
6. Ampliar a Política de Assistência para a Pessoa Idosa, garantindo o atendimento e atenção especial ao idoso e sua família, com políticas específicas para aqueles vivem em situação de risco e com seus direitos violados;
7. Reafirmar a comunidade LGBTQIA+ entre o público de atendimento da Assistência Social e de Saúde do Município;
8. Firmar convênios com as universidades públicas para o desenvolvimento de pesquisas que nortearão a elaboração de políticas públicas;
9. Efetivar semestralmente o projeto Ação ou Serviço Socioassistencial Integrado, nas zonas rurais e periféricas da cidade, destinado a serviços de emissão de 1a. e 2a. vias de documentos, consultas e exames de saúde, palestras sobre serviços e direitos de cidadania, assistência sociojurídica (DPE e MPE), atendimento odontológico, serviços de salão de beleza, jogos-gincanas-brincadeiras dentre outros;
10. Criar e implementar o Conselho Tutelar nos Núcleos São Félix, Morada Nova e comunidades rurais circunvizinhas;

11. Realizar anualmente a Conferência Municipal de Assistência Social e dos segmentos Criança e Adolescente, Mulher, Pessoa Idosa, Pessoa com Deficiência e outras afins;
12. Ampliar a capacidade de atendimento nos Centros Pop - Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua e na Casa de Passagem;
13. Estabelecer convênios e/ou parcerias com empresas e demais instituições no ramo da indústria, comércio e serviços para a efetivação de capacitações por meio de cursos de formação e geração de renda às famílias atendidas pela Secretaria de Assistência Social, Proteção e Assuntos Comunitários - SEASPAC;
14. Criar e implementar, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde - SMS de Marabá, um Centro ou Instituto Municipal (Esperança ou Superação) de Tratamento de Dependentes Químicos;
15. Desenvolver ações de sensibilização, em parceria com as escolas e Secretaria de Saúde abordando temáticas relativas às drogas, suicídio, automutilação, depressão, violência, abuso e exploração sexual, gravidez precoce, preconceitos e outros, voltados às famílias e ao público infanto-juvenil;
16. Promover concursos de talentos em suas mais variadas modalidades, como estratégia de motivação, valorização e elevação da autoestima;
17. Garantir a nomeação de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) nas escolas da rede municipal conforme a lei 13.935/2019;
18. Em parceria com a SEMED e a Casa da Cultura, implementar ações e atividades culturais, esportivas, lúdicas e de lazer, como teatro, dança, música, canto, pintura, artes plásticas, poesias, artesanato, brincadeiras, dinâmicas de grupo, modalidades esportivas, e que envolvam os usuários da política de Assistência Social;
19. Elaborar projetos voltados para assistência com prioridade para os usuários do bolsa família;
20. Realizar em parceria com a SEMED, um mapeamento de todos os usuários cadastrados através do CAD Único, inclusive observando na zona urbana e rural a prevalência de pessoas não letradas ou pouco letradas para a realização de campanhas de letramento de jovens e adultos;

21. Criar uma ferramenta municipal de letramento de jovens e adultos (cabe aqui ressaltar que difere do EJA, uma vez que a educação para jovens e adultos é um passo após o letramento).

b) PROPOSTAS VOLTADAS AO TRANSTRONO DO ESPECTRO AUTISTA.

Atuação da Escola na Interlocução de Educação Permanente no Projeto Clínica Escola Municipal para o Autismo

O governo vai implementar um programa de educação permanente nas escolas para capacitar professores e profissionais da educação sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), promovendo a inclusão e o desenvolvimento adequado de crianças com autismo, através de diversos programas e projetos, entre os quais:

1. **Capacitação Contínua:** Desenvolver programas de formação contínua e permanente para professores e outros profissionais da educação, abordando temas como características do TEA, estratégias de ensino inclusivo, comunicação alternativa e comportamentos desafiadores.
2. **Parcerias com Especialistas:** Estabelecer parcerias com especialistas em autismo, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, para oferecer workshops e treinamentos regulares nas escolas.
3. **Recursos Educacionais:** Criar e distribuir materiais educativos e recursos pedagógicos específicos para o ensino de crianças com TEA, facilitando a adaptação curricular e o desenvolvimento de atividades inclusivas.
4. **Ambientes Adaptados:** Promover a adaptação do ambiente escolar para melhor atender às necessidades sensoriais e de aprendizagem das crianças com autismo, incluindo a criação de salas de recursos e espaços tranquilos.
5. **Apoio Psicossocial:** Oferecer suporte psicossocial para professores e famílias, promovendo um trabalho colaborativo e reforçando a rede de apoio para a criança com TEA.
6. **Avaliação e Acompanhamento:** Implementar um sistema de avaliação e acompanhamento contínuo das crianças com autismo, monitorando seu progresso e ajustando as estratégias de ensino conforme necessário.

Criação de um órgão de gestão para o Transtorno do Espectro do Autismo

A criação de uma estrutura governamental para o Autismo tem como objetivo centralizar e coordenar os esforços para apoiar pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias. Dada a insuficiência dos atuais dois núcleos de atendimento e a falta de qualificação adequada na policlínica existente, a criação de uma estrutura especializada e eficiente é imperativa para garantir acesso adequado aos serviços necessários, baseando-se em evidências científicas e melhores práticas, tendo como objetivos:

1. **Centralização dos Serviços:** Integrar todos os serviços de apoio e atendimento a pessoas com autismo em uma estrutura unificada para otimizar a coordenação e eficiência.
2. **Qualificação Profissional:** Melhorar a capacitação dos profissionais de saúde e educação por meio de formação contínua e especializada.
3. **Atendimento da Demanda:** Assegurar que todas as necessidades de diagnóstico, intervenção e suporte sejam adequadamente atendidas.
4. **Promoção da Inclusão:** Facilitar a inclusão social e educacional de pessoas com autismo, promovendo um ambiente acessível e acolhedor.
5. **Apoio às Famílias:** Oferecer recursos e orientações para apoiar as famílias de pessoas com autismo.

A Secretaria Municipal para o Autismo será organizada em cinco núcleos especializados, cada um com funções específicas para garantir um atendimento abrangente e eficaz:

1. **Núcleo de Diagnóstico e Intervenção Precoce**
2. **Núcleo de Educação e Inclusão**
3. **Núcleo de Saúde e Terapias**
4. **Núcleo de Apoio às Famílias**
5. **Núcleo de Pesquisa e Capacitação**

Atribuições de Cada Núcleo:

1. **Núcleo de Diagnóstico e Intervenção Precoce:**
 - Realizar diagnósticos precoces e precisos de TEA.
 - Desenvolver e implementar planos de intervenção individualizados.
 - Coordenar com escolas e profissionais de saúde para garantir a aplicação eficaz das intervenções.

2. Núcleo de Educação e Inclusão:

- Treinar e capacitar professores e educadores com foco em alunos autistas.
- Desenvolver e adaptar currículos para atender às necessidades de alunos com TEA.
- Facilitar a inclusão de crianças autistas em escolas regulares.

3. Núcleo de Saúde e Terapias:

- Proporcionar acesso a terapias
- educacional e treinamento dos profissionais para seu uso.

Propostas de Políticas Públicas para Melhorar o Transporte para Terapias de Autistas:

1. **Rotas Específicas:** Identificar e implementar rotas de transporte público que atendam às principais áreas de demanda para terapias frequentadas por autistas, garantindo uma cobertura adequada em toda a cidade.
2. **Horários Flexíveis:** Trabalhar em conjunto com provedores de terapia e empresas de transporte para criar horários flexíveis que acomodem os horários das sessões de terapia, permitindo que os pacientes cheguem e saiam de suas consultas sem pressa ou estresse.
3. **Treinamento de Motoristas:** Fornecer treinamento especializado para motoristas de transporte público sobre como interagir de maneira sensível e compreensiva com passageiros autistas, garantindo um ambiente acolhedor e seguro durante a viagem.
4. **Acompanhantes Qualificados:** Disponibilizar acompanhantes treinados para viajar com pacientes autistas, oferecendo apoio adicional durante o trajeto, especialmente para aqueles com necessidades específicas.
5. **Comunicação Clara e Visual:** Implementar sinais visuais e informações claras nos pontos de embarque e desembarque, facilitando a navegação para os passageiros autistas e proporcionando uma experiência mais tranquila e previsível.

Políticas Públicas para Inclusão de Pessoas com Autismo no Mercado de Trabalho

A inclusão de pessoas com autismo no mercado de trabalho deverá ser promovida através de adaptações, acessibilidade e parcerias estratégicas,

garantindo oportunidades equitativas de emprego e desenvolvimento profissional.

1. **Adaptações e Acessibilidade no Local de Trabalho:** Incentivar as empresas que atuam em Marabá para que façam adaptações físicas e organizacionais para acolher funcionários com autismo, como a criação de ambientes sensorialmente amigáveis e flexibilidade de horários.
2. **Capacitação e Sensibilização:** Promover programas de capacitação para gestores e colegas de trabalho sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e práticas inclusivas, desenvolvendo materiais educativos e workshops em parceria com especialistas.
3. **Apoio Psicossocial e Profissional:** Disponibilizar apoio contínuo, incluindo acompanhamento psicológico e orientação de carreira, para trabalhadores com autismo, contratando profissionais especializados, como psicólogos e coaches de carreira.
4. **Programas de Estágio e Aprendizado Prático:** Desenvolver programas de estágio e aprendizado prático em parceria com empresas locais, oferecendo experiências de trabalho supervisionadas e estabelecendo um fundo municipal para subsidiar bolsas de estágio.
5. **Parcerias e Colaborações:** Estabelecer colaborações com universidades e institutos de pesquisa para trazer novas práticas e conhecimentos para as empresas locais.
6. **Colaboração com o Setor Privado:** Desenvolver programas de estágio e aprendizado prático em parceria com empresas locais.
7. **Engajamento com ONGs e Comunidade:** Trabalhar em conjunto com organizações não-governamentais e comunidades locais para apoiar programas educacionais e sociais.
8. **Colaboração com o Terceiro Setor para Treinamentos:** Firmar parcerias com ONGs e instituições do terceiro setor para oferecer treinamentos vocacionais e desenvolvimento de habilidades específicas para o mercado de trabalho.
9. **Educação para o Mercado de Trabalho: Implementação:** Integrar a preparação para o mercado de trabalho no currículo educacional de pessoas com autismo, focando em habilidades práticas e sociais. **Recursos:** Oferecer cursos e oficinas dentro das escolas e centros de atendimento especializado.

Criação do CAPS-I com Funcionamento Ampliado

A criação de um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS-I) com funcionamento ampliado para 24 horas ou, ao menos, até as 20 horas, é uma medida essencial para melhorar o suporte e a intervenção em saúde mental para crianças, incluindo aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este projeto visa estabelecer um serviço especializado e acessível, que ofereça atendimento qualificado e contínuo, baseado em evidências científicas e melhores práticas em saúde mental infantil, e terá os seguintes objetivos:

1. **Ampliação do Atendimento:** Garantir a disponibilidade de serviços de saúde mental para crianças a qualquer hora do dia, proporcionando suporte em momentos críticos e emergenciais.
2. **Qualificação Profissional:** Assegurar que o CAPS-I conte com uma equipe multidisciplinar altamente qualificada, incluindo neuropediatras e outros especialistas em saúde mental infantil.
3. **Atenção Integral:** Oferecer um atendimento abrangente que inclua diagnóstico, intervenção, tratamento e acompanhamento contínuo.
4. **Apoio e Reabilitação:** Fornecer suporte integral às crianças e suas famílias, facilitando a inclusão social e escolar e promovendo o bem-estar geral.

O CAPS-I será estruturado para funcionar de maneira eficiente e integrada, com a seguinte organização:

Equipe Multidisciplinar:

Neuropediatras: Especialistas em diagnóstico e tratamento de condições neurológicas e psicossociais em crianças.

Neuropsicólogos: Profissionais especialistas para avaliações e condições neuropsicológicas cognitiva comportamental.

Psicólogos: Profissionais para avaliação psicológica, terapia individual e terapia de grupo.

Psiquiatras Infantis: Para prescrição e monitoramento de medicações e avaliação psiquiátrica.

Assistentes Sociais: Para suporte em questões familiares e sociais.

Terapeutas Ocupacionais: Para intervenção em habilidades motoras e atividades diárias.

Fonoaudiólogos: Para tratamento de dificuldades de comunicação e linguagem.

Unidades de Atendimento:

Unidade de Urgência e Emergência: Atendimento imediato para crises e situações emergenciais.

Unidade de Diagnóstico e Avaliação: Para realização de avaliações completas e diagnósticos.

Unidade de Intervenção e Tratamento: Para implementação de planos de saúde credenciados

Promoção de políticas públicas de ajuste e equidade no processo de regulação para empresas que prestam serviços ao autismo.

É importante considerar vários aspectos para garantir que os serviços prestados sejam de alta qualidade, equitativos e adaptados às necessidades das pessoas com autismo, entre os quais:

1. **Estabelecimento de Normas e Diretrizes Claras:** Definir padrões claros para a prestação de serviços, incluindo requisitos mínimos de qualificação para profissionais, infraestrutura necessária e práticas baseadas em evidências.
2. **Certificação e Credenciamento:** Implementar um sistema de certificação e credenciamento para garantir que as empresas atendam aos padrões de qualidade e tenham a capacidade de oferecer serviços eficazes para pessoas com autismo.
3. **Transparência e Fiscalização:** Promover a transparência nos processos de licitação e execução dos contratos, com mecanismos de fiscalização rigorosos para monitorar a conformidade das empresas com as normas estabelecidas.
4. **Formação e Capacitação Contínua:** Exigir e apoiar a formação e capacitação contínua dos profissionais que trabalham com autismo,

garantindo que estejam atualizados com as melhores práticas e pesquisas recentes.

5. **Avaliação e Feedback:** Estabelecer sistemas de avaliação contínua da qualidade dos serviços prestados e mecanismos de feedback para que os beneficiários e suas famílias possam relatar suas experiências e sugerir melhorias.
6. **Apoio à Inovação e Pesquisa:** Incentivar a pesquisa e a inovação na área do autismo, apoiando empresas que adotam novas abordagens baseadas em evidências e tecnologias assistivas.
7. **Promoção da Inclusão e Diversidade:** Garantir que as políticas promovam a inclusão e a diversidade, assegurando que os serviços sejam acessíveis a todas as pessoas com autismo, independentemente de sua condição socioeconômica, etnia ou localização geográfica.
8. **Acompanhamento e Ajustes Regulares:** Realizar revisões periódicas das políticas e dos processos de regulação para adaptar-se a novas necessidades e desafios que possam surgir no atendimento ao autismo.
9. **Participação da Comunidade:** Envolver a comunidade de pessoas com autismo e suas famílias no processo de formulação e revisão das políticas, para garantir que suas necessidades e perspectivas sejam consideradas.

c) PROPOSTAS PARA A JUVENTUDE E SUA DIVERSIDADE.

A juventude é uma etapa do ciclo de vida singular, atravessada por diversas desigualdades. Ser jovem nas cidades brasileiras é demandar políticas públicas que enxerguem as especificidades da condição juvenil e a diversidade da experiência da juventude brasileira, uma juventude essencialmente trabalhadora.

No Brasil, o Estatuto da Juventude reúne os direitos dos jovens entre 15 e 29 anos, diferenciando em seu decorrer três grupos com características específicas: adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos e a transição de jovens para a fase adulta de 25 a 29 anos. Estudos apontam que os três grupos citados acima possuem características diferentes e demandas distintas. Essas diferenças são imprescindíveis para compreender a complexidade e o que necessita cada um dos grupos. Portanto, serão nossos objetivos, entre outros:

1. Criação do órgão gestor municipal de juventude, do Fundo Municipal de Juventude e do Conselho Municipal de Juventude, buscando fortalecer e criar políticas públicas para a juventude;
2. Implementar junto ao município o Plano Nacional “Juventude Negra Viva” para combater e inibir a violência contra juventude, em especial a juventude negra e projetos para a juventude negra;
3. Promover a política de saúde da juventude, focada especialmente na prevenção de doenças mentais e DSTs;
4. Sintonizar as políticas públicas de juventude no município com a política nacional de cuidados, construída pelo MDS;
5. Engajar o município em ofertar a modalidade EJA e PROJOVEM, alinhados com iniciativas já existentes na SECADI/MEC;
6. Apoiar Cursinhos Populares de Educação focados na preparação de jovens, principalmente pobres e negros, para o ingresso no Ensino Superior, através do Enem;
7. Fomentar parcerias junto ao comércio e indústria para garantir a oferta de primeiro emprego, pois a juventude além de conviver com um alto índice de desocupação, os mesmos estão destinados a postos de trabalhos menos protegidos e mal remunerados;
8. Criar o Programa de Qualificação Profissional para a juventude;
9. Investir no empreendedorismo para que a juventude possa acessar oportunidades de trabalho e renda;
10. Desenvolver ações de combate à LGBTFOBIA;
11. Implementar projetos para juventude negra e de núcleos periféricos.

EIXO 9 – CULTURA, ESPORTE E LAZER

A Cultura, o Esporte e o Lazer podem produzir políticas públicas que transformam vidas, geram convívio, melhoram a saúde física, emocional, mental, ocupam corpos e mentes, geram postos de trabalho e renda.

Seguem propostas fundamentais para Marabá fazer muito mais:

1. Implementar o Fundo Municipal de Cultura (com adesão ou criação) prevendo as garantias de preservação dos equipamentos culturais;
2. Acessar o Programa Federal dos Pontos de Cultura, com o fortalecimento das culturas populares nos bairros urbanos e vilas rurais, assim como grupos sociais menos favorecidos;
3. Fomentar a política do ecoturismo para garantir o aproveitamento dos espaços públicos e dos pontos turísticos da cidade;
4. Criar a Orla do Núcleo São Félix;
5. Fomentar o programa de bolsa para atletas, buscando garantir a permanência dos mesmos na prática esportiva;
6. Incentivar o ciclismo com criação de mais ciclovias na cidade;
7. Estabelecer parceria esportiva com as universidades e com empresas privadas;
8. Fomentar práticas esportivas de diversas modalidades nas escolas, incluindo a prática esportiva da capoeira;
9. Realizar Vigílias Culturais;
10. Garantir eventos culturais no Veraneio, nos meses de julho, agosto e setembro;
11. Construir Quadras Esportivas nos assentamentos e vilas rurais;
12. Ativar o Conselho Municipal de Juventude;
13. Valorizar e Incentivar o esporte feminino na zona urbana e zona rural;
14. Criar as Ilhas de Lazer;
15. Aproveitar de forma mais qualificada e diversificada o espaço da Orla de Marabá e outros espaços públicos;
16. Modernizar o embarcadouro para a Praia do Tucunaré que hoje é vergonhoso;

17. Urbanizar o balneário conhecido como “Vavazão”, transformando-o num ponto Turístico de Lazer Popular, com dignidade e, através de concurso popular, alterar o nome do espaço que margeia o Rio Itacaiúnas;
18. Garantir empréstimos reembolsáveis para os barqueiros poderem restaurar suas embarcações, garantindo mais conforto e segurança aos passageiros;
19. Resgatar eventos culturais perdidos ao longo do tempo como o Festival Da Canção (FECAN), festas assemelhadas ao Maraluar, Festa do Divino e outras;
20. Ampliar a quantidade de Academias ao Ar Livre;
21. Implantar o Programa “Voluntários Esportivos”;
22. Realizar Investimentos em turismo na região de São Félix e Morada Nova;
23. Construir espaços culturais nas comunidades que ainda não os possuam e reformar os espaços abandonados.
24. Construir museus na cidade para resgate da nossa cultura popular e da memória dos bairros;
25. Construir as Bibliotecas Comunitárias;
26. Fortalecer e aumentar a política de editais para as entidades de 3º setor;
27. Criar a estrutura governamental da diversidade;
28. Fomentar a cultura Hip-hop;
29. Proporcionar condições para o fortalecimento de esporte, arte e cultura nas escolas;
30. Transformar a Festa Junina em um grande marco turístico-cultural para a cidade, envolvendo a juventude e a rede escolar;
31. Resgatar e valorizar os artistas da terra;
32. Resgatar os espaços de esporte e cultura que foram retirados e desestruturados como o Cine Marrocos;
33. Identificar novas áreas para serem tombadas como Parques Ambientais na cidade;
34. Fomentar as ligas femininas de futebol e futsal;
35. Valorizar a política dos nossos bois (Dia do Boi);
36. Transformar a Marabá Pioneira em um grande Ponto De Cultura;
37. Realizar cursos e eventos gastronômicos, valorizando a gastronomia local, gerando oportunidades de trabalho e renda;

- 38. Aproximar o Águia de Marabá das escolinhas de futebol amador;
- 39. Construção de pistas de Grings e espaços para práticas de Grau.

EIXO 10 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Nosso governo assume o compromisso de implantar políticas públicas que impulsionem a economia local em consonância com o aumento da qualidade de vida da comunidade, preservando a flora, fauna e os logradouros públicos.

Para tanto, pensamos num conjunto de propostas capazes de abarcar as tendências de práticas saudáveis, como o ciclismo, o turismo rural e regional, fomentando pequenos e médios empreendimentos e a produção familiar, além de outras abordagens também ligadas ao potencial turístico de Marabá, direcionada a eventos de grande porte e ao turismo de negócios, ambos capazes de movimentar a economia local em grande escala, conforme mostram as propostas relacionadas a seguir:

1. Criar um Programa que fortaleça o Turismo ciclístico rural e esportivo, a partir da sinalização dos principais roteiros existentes, com geolocalização e identificação em QRCode e criação de receptivos PITs, em pontos específicos;
2. Criar uma incubadora “startups” no município (apoio a negócios inovadores trazendo soluções para problemas cotidianos; fomentadora de geração de oportunidades);
3. Criar o Programa de Feiras da pequena produção urbana (de alimentos e/ou artesanatos diversos) e dos Assentamentos Rurais;
4. Estruturar a Incubadora Pública da Economia Criativa e Solidária, criando um espaço especial para o Turismo, de modo a movimentar a economia local e criar renda para muitas famílias;
5. Implementar ações intersetoriais, por meio da inclusão produtiva, formação e qualificação para o trabalho, em iniciativas de geração de trabalho e renda/empreendimentos solidários/cooperativas sociais que articulem redes de saúde e de economia solidária;
6. Criar o Centro de Comércio Solidário;
7. Criar um Programa de Empreendedorismo para a Economia Criativa;
8. Criar o Centro Produtivo de Economia Solidária e Saúde Mental;
9. Criar o Banco Comunitário e a Moeda Social;

10. Manter uma articulação permanente da agenda de eventos da cidade, visando sua divulgação unificada, potencializando, assim, sua atratividade turística;
11. Criar programas voltados ao fortalecimento do empreendedorismo e das associações que desenvolvem projetos, produtos, artesanatos, festas e eventos que resgatem e divulguem as diversas manifestações populares e étnica-culturais;
12. Estruturar Centros de Cultura Digital;
13. Criar o Programa “Cidade Inteligente”, fomentando uma melhor conectividade e funcionamento das novas tecnologias digitais, melhorando as ofertas de serviços inteligentes, e a conexão com o mundo digital e o mundo físico;
14. Criar um Programa que mantenha um diálogo permanente com o comércio ambulante informal, em especial regulamentando e criando espaços específicos para o seu funcionamento.

EIXO 11 – SAÚDE HUMANIZADA E ACESSÍVEL.

O Plano de Saúde "Marabá Pode Mais" é um instrumento fundamental e representa o principal mecanismo de planejamento e gestão das ações de saúde no município, refletindo os compromissos do governo municipal para o setor. O principal objetivo do plano é garantir a melhoria contínua da saúde da população de Marabá, promovendo o acesso universal, equitativo e integral aos serviços de saúde. Para alcançar esse objetivo, o plano propõe ações e estratégias específicas em diversas áreas, com metas claras e mensuráveis.

Entre os objetivos gerais, destacam-se:

1. Fortalecer a Atenção Primária à Saúde, ampliando e qualificando as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), garantindo cobertura universal e integral para a população urbana e rural, e implementando serviços de telemedicina para facilitar o acesso ao atendimento em áreas remotas.
2. Melhorar a Rede de Atenção Especializada, ampliando e modernizando as infraestruturas dos hospitais e centros de especialidades, como o Hospital Municipal de Marabá e o Centro de Referência Integrado à Saúde da Mulher.
3. Fortalecer a Central de Regulação para otimizar a alocação de recursos e o encaminhamento de pacientes.
4. Expandir os Serviços de Saúde Mental, aumentando a capacidade de atendimento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e desenvolvendo programas comunitários de apoio psicossocial e prevenção ao suicídio e uso de substâncias.
5. Fortalecer a Vigilância em Saúde, ampliando as ações de monitoramento epidemiológico e resposta rápida a surtos, incluindo vigilância ambiental e de zoonoses, e intensificando campanhas de vacinação, especialmente em comunidades de difícil acesso.
6. Incorporar Inovação e Tecnologia, implementando sistemas de prontuário eletrônico em todas as unidades de saúde para melhorar a gestão da informação e o atendimento ao paciente, e utilizando softwares de gestão para otimizar recursos, melhorar a logística de insumos e medicamentos, e reduzir desperdícios.
7. Integrar Educação e Promoção da Saúde, implementando campanhas de educação em saúde sobre nutrição, atividade física, saúde sexual e

reprodutiva, e prevenção de doenças crônicas, e estabelecendo uma Escola de Saúde Pública para a formação contínua de profissionais de saúde.

8. Unir Apoio Social e Intersetorialidade, trabalhando em conjunto com setores de educação, assistência social e meio ambiente para abordar os determinantes sociais da saúde, e fortalecendo programas como o Bolsa Família e apoio a populações vulneráveis para reduzir as iniquidades em saúde.
9. Assegurar o Financiamento Sustentável, diversificando as fontes de financiamento, incluindo parcerias público-privadas e fundos federais e estaduais, e implementando mecanismos de transparência e prestação de contas para garantir a aplicação adequada dos recursos.
10. Incentivar Pesquisa e Desenvolvimento, apoiando pesquisas em saúde pública, doenças tropicais e inovação tecnológica na saúde, e estabelecendo parcerias com instituições acadêmicas para desenvolvimento de estudos e projetos que beneficiem a saúde da população.
11. Garantir Assistência Farmacêutica, inserindo profissionais farmacêuticos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para promover o uso racional de medicamentos, realizar acompanhamentos farmacoterapêuticos e fornecer orientação à população, desenvolvendo programas de educação para a população sobre o uso correto e seguro de medicamentos, evitando automedicação e uso inadequado.

AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE PARA O NOVO GOVERNO

Atenção Primária

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção, responsável por responder rapidamente às necessidades de saúde da população. Caracteriza-se por um conjunto de estratégias individuais e coletivas que incluem promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde. O objetivo é desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente a situação de saúde das comunidades:

1. Ampliar o número de Equipes de Atenção Primária (EAP) em 20% do que temos hoje;

2. Ampliar o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) em 30% no que existe;
3. Aumentar o número de Agentes Comunitários de Saúde nas equipes de Atenção Básica;
4. Expandir as equipes de Saúde Bucal nas Unidades de Saúde da Família (USF) nas zonas rurais com especialistas;
5. Criar unidades básicas de saúde para a região do Rio Preto;
6. Criar PSFs nas zonas rurais, realizando ações extramuros;
7. Ampliar o número de equipes de Atenção Primária Prisional;
8. Criar postos de coleta de exames laboratoriais nas comunidades rurais;
9. Implantar postos de coleta nas USF rurais para a ampliação da cobertura de coleta de exames cito-patológicos e antiHIV;
10. Introduzir e ampliar as equipes multiprofissionais na APS de todo o município (zonas rural e urbana);
11. Ampliar e reformar todas as USF de Marabá.
12. Implantação do Consultório na Rua. Estratégia Consultório na Rua já foi instituída pela Política Nacional de Atenção Básica em 2011, para o atendimento de quem se encontra em situação de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos, através de diversos profissionais que desenvolvam ações integrais de saúde frente às necessidades desta população.
13. Implantação da UBS dos bairros Jardim União e Bela Vista.
14. Implantação de Planificação de Atenção na Saúde, para organizar os processos de trabalho das unidades de saúde com o intuito de melhorar o atendimento, através da capacitação constante dos recursos humanos.

Saúde Bucal

A Política Nacional de Saúde Bucal, criada em 2003, visa minimizar os impactos negativos da saúde bucal, reorganizando as práticas e qualificando as ações e serviços oferecidos. O objetivo principal é ampliar o acesso ao tratamento odontológico gratuito para os brasileiros por meio do SUS:

1. Criar Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) nos núcleos São Félix/Morada Nova e adjacentes;

3. Ampliar e reformar o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) para atender os núcleos Nova Marabá/Cidade Nova (bairros adjacentes) e Marabá Pioneira;
4. Adquirir uma unidade móvel de saúde bucal para atendimento especializado odontológico nas zonas rurais de Marabá;
5. Ampliar a cobertura de saúde bucal em todas as unidades de saúde;
6. Implantar um Laboratório de Próteses Dentárias (LRPD).

Saúde da Criança

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança reúne ações programáticas e estratégicas para o desenvolvimento saudável da criança em todas as etapas do ciclo de vida, somando-se às iniciativas do SUS para a promoção da saúde e defesa dos direitos das crianças:

1. Implementar no Centro de Especialidades (CEI) um centro infantil com pediatras, neuropediatra e gastropediatra;
2. Promover a implantação do Acompanhamento no Pré-Natal Pai/Parceiro em todas as unidades de saúde;
3. Implementar/ampliar o Banco de Leite;
4. Desmembrar Hospital Materno Infantil, com a criação e construção do Hospital da Criança de Marabá.
5. Ampliar UTIs neonatais no Hospital Materno Infantil;
6. Promover a saúde visual, sanitária e bucal das crianças nas UBS rurais;
7. Criar um centro especializado com equipe multidisciplinar para saúde mental de crianças e adolescentes (psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais, etc.);
8. Criar um Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista (CETEA).
9. Implementação da saúde integrativa e práticas integrativas complementares para crianças e adolescentes.
10. Implementar e ou ampliar o Centro de Atendimento de Doenças Infectocontagiosas.

Saúde da Mulher

O Programa Saúde da Mulher segue as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que visa atender às necessidades específicas da saúde feminina, desde o pré-natal, puerpério, aleitamento materno até a prevenção de cânceres, como os de mama e colo de útero:

1. Implementar políticas de atendimento integral à saúde da mulher, com foco em prevenção e tratamento.
2. Implementar todos os serviços da saúde da mulher com funcionalidade no CRISMU.
3. Adquirir novos equipamentos de imagens (Mamógrafo, Raio-X, Ultrassonografia, Colposcopia), para o CRISMU.
4. Implementar exames cito-patológicos no laboratório do CRISMU.
5. Ampliar o serviço de mastologia no município.

4.5. Saúde do Homem

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem trabalha com cinco eixos prioritários: acesso e acolhimento, paternidade e cuidado, doenças prevalentes na população masculina, prevenção de violência e acidentes, e saúde sexual e reprodutiva.

1. Efetivar a implantação da Política Nacional de Saúde do Homem.

4.6. Saúde do Idoso

A Política Nacional de Saúde do Idoso promove o envelhecimento saudável, manutenção e melhoria da capacidade funcional dos idosos, prevenção de doenças, recuperação da saúde e reabilitação, garantindo-lhes permanência e independência no meio em que vivem.

1. Desenvolver programas e ações voltadas para a promoção da saúde do idoso.
2. Implantação do CRECI - serviço de referência, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, oferecendo atendimento de modo individual e coletivo estimulando a participação social.
3. Criação de um centro de referência geriátrica Municipal com: geriatra, endocrinologista, reumatologista, cardiologista, oftalmologista e equipe multiprofissional.

4.7. Saúde da População LGBTQIAP+

A população LGBTQIAP+ historicamente enfrenta discriminação e exclusão, o que impacta significativamente sua saúde. Políticas específicas são necessárias para garantir o acesso resolutivo e qualificado aos serviços de saúde.

1. Desenvolver e manter políticas voltadas para a saúde da população LGBTQIAP+.
2. Criação de um núcleo de atendimento à população LGBTQIAP+ no SAE/CTA.

4.8. Saúde da Pessoa com Deficiência

A assistência à saúde das pessoas com deficiência inclui a oferta de materiais médicos, cadeiras de rodas, fraldas, e transporte para exames e consultas especializadas.

1. Implantação do Centro Especializado em Reabilitação (CER);
2. Ampliar e melhorar os serviços de assistência à saúde para pessoas com deficiência.

4.9. Saúde na Escola

O Programa Saúde na Escola (PSE) integra saúde e educação para promover a cidadania e a qualificação das políticas públicas brasileiras, envolvendo ações intersetoriais entre escolas e unidades de saúde.

1. Implementação do programa Saúde nas Escolas regulamentado pela portaria 3.696/10PSE/CNES.

4.10. Controle do Tabagismo

O Programa Nacional de Controle ao Tabagismo (PNCT) busca reduzir a prevalência de fumantes e a morbimortalidade associada ao tabaco. Em Marabá, o programa está implantado em várias unidades de saúde.

1. Expandir o PNCT para mais unidades de saúde.

Atenção Especializada

A média e alta complexidade no SUS envolvem ações e serviços especializados que exigem profissionais qualificados e tecnologia avançada para

diagnósticos e tratamentos, sendo nosso compromisso melhorar e expandir esses serviços, através das seguintes medidas, entre outras:

Centro de Referência Integrado à Saúde da Mulher (CRISMU)

O CRISMU oferece atendimentos ambulatoriais de média complexidade, com demanda referenciada pelas UBS.

1. Ampliar e qualificar o serviço laboratorial e de imagem no CRISMU.

Centro de Especialidades Integradas (CEI)

O CEI oferece atendimento ambulatorial em diversas especialidades médicas.

1. Melhorar a infraestrutura e expandir os serviços do CEI.
2. Implantação do centro de referência a saúde visual sendo referência no atendimento de média e alta complexidade.
3. Implementar no centro de especialidades (CEI) um centro de atendimento infantil com pediatras, neuropediatra e gastropediatra;

Rede de Laboratórios

A rede de laboratórios é essencial para diagnósticos precisos e tratamentos eficazes.

1. Criar postos de coletas nas Unidades Básicas de Saúde e serviço de transporte sanitário, aumentando a demanda de atendimento à população;
2. Promover a coleta de exames laboratoriais nas comunidades rurais;
- 3.- Criar um laboratório central em São Félix/Morada Nova;
4. Ampliar a capacidade técnica do Laboratório Central (LACEM) para incluir mais exames especializados.
5. Criar postos de coleta de exames laboratoriais nas comunidades rurais;
6. Implantar postos de coleta nas USF rurais para a ampliação da cobertura de coleta de exames cito-patológicos e anti-HIV;

Atenção à Saúde Mental

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Marabá inclui UBS, CAPS e leitos de saúde mental.

1. Ampliar e reformar o CAPS II para habilitação em CAPS III;

2. Contratar mais médicos psiquiatras e equipes multidisciplinares;
3. Reformar a Ala Psicossocial do HMM;
4. Implantar o serviço de saúde mental infanto juvenil regulamentada pela lei 10.216/2001 dispõe sobre a proteção aos direitos da pessoa portadora de transtornos mentais.
5. Implantar o CAPSI – Centro de Atenção Psicossocial infanto juvenil, um serviço público de saúde que atenderá crianças e adolescentes que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes até os 17 anos 11 meses e 29 dias ou sofrimento psíquico decorrente do uso de substâncias psicoativas até 15 anos, 11 meses e 29 dias.
6. Implantação do CAPS Álcool e outras Drogas Atende a pessoas que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de álcool e outras drogas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida. Indicado para municípios ou regiões de saúde com população acima de 70 mil habitantes.
7. Criar o Centro de Referência ao cuidado preventivo a saúde mental e orientação, jurídica de pais e mães atípicos. Deverá contar com equipe multiprofissional e com espaço físico adequado ao atendimento individualizado e em grupos de apoio, com funcionamento de segunda a sexta de 8 as 18h.
8. Adequações e ampliação da estrutura física do CAPS III Castanheira.

Centro de Testagem e Aconselhamento (SAE/CTA)

1. Concluir a construção do novo prédio do SAE/CTA e equipá-lo completamente;
2. Implementação do serviço de atendimento e prevenção às ISTs;
3. Implementação dos serviços de acompanhamento psicossocial;
4. Criação de um núcleo de atendimento à população LGBTQIAP+ no SAE/CTA.
5. Implantação de atendimento de práticas integrativas complementares;
6. Descentralização dos programas de pré e pós exposição (PREP e PEP) para as unidades de saúde de urgência e emergência.

Tratamento Fora de Domicílio (TFD)

O TFD é crucial para atender pacientes que precisam de tratamentos fora de Marabá:

1. Ampliar os serviços de TFD;
2. Adquirir ambulâncias para o TFD;
3. Aprovisionar casas de apoio em Belém e Tucuruí.

Hospital Materno Infantil de Marabá (HMI)

O HMI é uma maternidade de médio porte que serve como referência regional:

1. Desmembrar Hospital Materno Infantil, com a criação e construção do Hospital da Criança de Marabá;
2. Ampliar o número de leitos;
3. Melhorar a infraestrutura da Ala Neonatal;
4. Ampliar o repouso técnico dos profissionais;
5. Ampliar o número de Especialistas;
6. Adequar o hospital ao PPP;
7. Reformar do Hospital Materno.

Hospital Municipal de Marabá (HMM)

O HMM oferece uma ampla gama de serviços especializados e tem uma alta taxa de ocupação de leitos. Para melhorar o atendimento, propomos:

1. Ampliar o número de leitos.
2. Construir setores na Ala Pediátrica.
3. Ampliar leitos de UTI adulto.
4. Ampliar o serviço de exames de imagens.
5. Reformar o Hospital Municipal de Marabá.
6. Construção do Novo Hospital Geral de Marabá (Agregando HMI, HMM, Hospital Da Criança).
7. Construir UPAs nos núcleos São Félix/Morada Nova e Liberdade/Laranjeiras.

Assistência Farmacêutica Municipal

A assistência farmacêutica é fundamental para a eficácia das ações de saúde, envolvendo todas as etapas desde a aquisição até a dispensação de medicamentos.

1. Melhorar a logística e distribuição de medicamentos;

2. Criar consultórios de acompanhamento farmacoterapêutico nas Unidades Básica de Saúde para atendimento dos programas;
3. Distribuir e ampliar o atendimento de dispensação de medicamento pelas farmácias-polos com atendimento técnico farmacêutico, com reforço de dispensação de medicamentos controlados, nas unidades básicas de saúde.
4. Implementação da REMUME;
5. Construção de um CAF;
6. Implantação de um núcleo de dispensação de medicamentos especializados/judicializados.
7. Criação de um consultório farmacêutico para acompanhamento dos pacientes no CAPS com implantação das PICs.

Vigilância em Saúde do Trabalhador

A vigilância em saúde do trabalhador é implementada pela Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) e o CEREST.

1. Criar um Núcleo de Educação Permanente (NEP) para capacitação dos servidores;
2. Reformar a Secretaria Municipal de Saúde para melhorar as condições de trabalho;
3. Adequações e implementação dos serviços de cuidado a saúde do trabalhador em saúde, devendo estes serem realizados de forma trimestral e com avaliações semestrais de resultados das ações desenvolvidas;
4. Implantação do PCCR – Plano de Cargos Carreiras e Remuneração ao funcionalismo da Saúde;
5. Mapeamento das áreas de risco das áreas de saúde para insalubridade e isonomia salarial.

Zoonoses

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) monitora e controla riscos à saúde da população, focando na prevenção de doenças transmitidas por animais.

1. Criar um laboratório para controle de zoonoses;
2. Reformar e ampliar o CCZ;
3. Criar uma ala de castração de cães e gatos;

4. Realizar campanhas antirrábicas anuais;
5. Adquirir veículos para captura de animais errantes;
6. Criar um centro de ação para controle químico (fumacê);
7. Adquirir um caminhão baú refrigerado.

Saúde Mental Infantil e Adolescente

1. Criar Centros de Atenção Psicossocial Infantil e Adolescente (CAPSi) para atender especificamente a crianças e adolescentes com transtornos mentais.
2. Promover campanhas de conscientização sobre saúde mental nas escolas.
3. Oferecer suporte psicológico e psiquiátrico contínuo para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Telemedicina

1. Implementar serviços de telemedicina em todas as unidades de saúde para facilitar o acesso a consultas médicas especializadas e em áreas remotas.
2. Fornece treinamento para os profissionais de saúde sobre o uso de tecnologias de telemedicina.
3. Garantir a infraestrutura necessária (internet de alta velocidade e equipamentos) para a implementação efetiva da telemedicina;
4. Informatizar e interligar o serviço de Prontuários eletrônicos (Postos de saúde, centros especializados e hospitais).

Farmacovigilância

1. Estabelecer um sistema de farmacovigilância para monitorar e avaliar os efeitos adversos dos medicamentos distribuídos pelo SUS.
2. Promover a capacitação dos profissionais de saúde sobre a importância da farmacovigilância e como reportar eventos adversos.
3. Realizar campanhas educativas para a população sobre o uso seguro de medicamentos.

Uso de Tecnologia e Inovação na Saúde

1. Adotar prontuários eletrônicos para melhorar a gestão das informações dos pacientes.

2. Utilizar inteligência artificial e análise de dados para prever surtos de doenças e melhorar a alocação de recursos.
3. Promover a inovação tecnológica em saúde, incentivando parcerias com startups e universidades.

Promoção da Saúde e Qualidade de Vida

1. Implementar programas de promoção da saúde, como academias ao ar livre e grupos de caminhada.
2. Promover campanhas de conscientização sobre alimentação saudável e prevenção da obesidade.
3. Implementar serviços de apoio para cessação do tabagismo e combate ao uso de álcool e drogas.

Gestão e Governança em Saúde

1. Fortalecer a transparência e a prestação de contas na gestão dos recursos da saúde.
2. Desenvolver um plano de carreira e remuneração para os profissionais de saúde, visando atrair e reter talentos.
3. Implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua dos serviços de saúde para identificar áreas de melhoria;
4. Serviço de transporte para o funcionalismo público;
5. Distribuição de EPIs conforme setor de atuação.

SAMU

1. Ampliação do serviço na SESAU
2. Criar um núcleo do Serviço SAMU: São Félix/Morada Nova.

EIXO 12 – SEGURANÇA PÚBLICA

A legislação vigente em nosso país estabelece a Segurança Pública como tarefa e responsabilidade precípuas dos governos estaduais. No entanto, há formatos de colaboração possíveis perante a lei, envolvendo a gestão municipal, especialmente, no que diz respeito à prevenção de delitos.

Seguem propostas a serem efetivadas em nosso governo:

1. Priorizar ações preventivas/educativas/orientativas e fiscalizatórias de segurança na circunscrição do município.

2. Manter um diálogo propositivo e colaborativo permanente com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, responsável legal pela segurança ostensiva em nosso município.

3. Definir metas e resultados da política de segurança pública com os órgãos de segurança municipal e a participação da sociedade por meio do Conselho Municipal de Segurança e das Conferências Municipais sobre a temática a serem realizadas.

4. Avaliar a possibilidade financeira para se poder criar o Instituto de Ensino e Formação de Segurança Pública Municipal.

5. Padronizar o funcionamento eficiente da Guarda Municipal e a valorização dos profissionais da segurança pública municipal, conforme objetivo expresso na Política Nacional de Segurança Pública.

6. Incluir no planejamento o apoio ao trânsito, rondas escolares, fiscalização da Semma e equipe policial de meio ambiente municipal, operações com cães antidrogas, integrados aos órgãos federais e estaduais de segurança pública, projetos comunitários e de prevenção, programa lei Maria da penha com acompanhamento de mulheres sobre violência doméstica, cobertura de eventos culturais e as demais políticas discutidas e deliberadas pelo Conselho e Fundo Municipal de Segurança Pública.

7. Averiguar a existência do PLAMUSP (Plano Municipal de Segurança Pública), sendo que ele deverá contemplar a segurança urbana, a segurança junto ao órgão de trânsito e a valorização dos recursos humanos.

8. Vincular a guarda municipal diretamente ao executivo municipal, de acordo com a Lei Federal 13.022, de 08 de agosto de 2014, para melhor estruturação administrativa, operacional, orçamentária e financeira conforme reza o Conselho e Fundo Municipal de Segurança Pública.

9. Garantir permanente monitoramento e avaliação dos resultados da Segurança Pública no município a partir do planejamento com definição clara de metas.

10. Criar Núcleo Jurídico, Núcleo de Gestão e Informação e o Núcleo Logístico de Operações e Educação Continuada de Segurança, todos vinculados à Guarda Municipal e ao executivo.

11. Estruturar a Corregedoria e Ouvidoria da Guarda Municipal. Ambas devem ser de carreira única e em nível superior, lei que deve ser atualizada pelo executivo e legislativo municipal, para ser equiparado à carreira e ao salário.

EIXO 13 – MOBILIDADE URBANA

A precariedade da mobilidade urbana é um dos maiores desafios que Marabá enfrenta nos dias de hoje e deverá ser enfrentada com vigor, pelo nosso governo, nos próximos quatro anos.

A ausência de bons serviços de transporte público coletivo é uma triste realidade que remonta há muitos anos e um grave impeditivo ao nosso desenvolvimento.

Registre-se que, em 2008, o transporte público de Marabá era constituído por 11 (onze) linhas urbanas, operadas por 2 (duas) empresas (Cidade Nova e Transbrasiliana), contando com 49 (quarenta e nove) ônibus e mais 4 (quatro) como reserva.

Naquele período não existiam bairros como Novo Planalto, Filadélfia, São Miguel da Conquista, Tiradentes, Cidade Jardim, entre outros e o município tinha pouco mais de 230 mil habitantes.

Em 2022, existem 14 linhas, além da chamada “Rota Universitária” e apenas 1 (uma) empresa opera o sistema de transporte coletivo. Enquanto isso, a população do município cresceu - entre 2010 e 2022 - cerca de 14%, alcançando 266.536 habitantes e a área urbanizada do município quase dobrou de tamanho, crescendo cerca de 47%.

Contraditoriamente, o número de ônibus do transporte coletivo diminuiu. Hoje, apenas 17 (dezessete) ônibus atendem à população de Marabá, percorrendo rotas com até 36 km de extensão e que chegam a exigir 67 minutos para serem percorridas.

Mas, não precisa ser assim.

Nosso governo assume o compromisso de implantar um sistema racional e eficiente de transporte público coletivo que será complementado por outros meios de transporte de passageiros – mototáxi, táxi-lotação, transporte por demanda, etc.

O objetivo do Novo Sistema de Transporte Público de Marabá será alcançar o total de 77 ônibus em operação, sendo 7 de reserva, distribuídos em 15 rotas e tendo pelo menos 1 Terminal de Integração. Ao todo, esses ônibus percorrerão 550 mil km por mês, através de rotas mais curtas, viagens mais rápidas e transportando mais passageiros.

Por outro lado, temos o compromisso de implantar o Programa Tarifa Zero, estabelecendo a gratuidade total no transporte público coletivo, uma iniciativa que vem ganhando cada vez mais força em diversas cidades do país, alcançando pleno êxito.

O Tarifa Zero, ao desonerar trabalhadores, estudantes, idosos e a população em geral dos custos com transporte, será um forte indutor do desenvolvimento, aumento a circulação de pessoas pelas ruas e logradouros e permitindo que os recursos, antes dispendidos com passagens de ônibus, sejam gastos nos pequenos negócios por toda a cidade.

A par disso, haveremos de investir fortemente em ciclovias, devidamente estruturadas e oferecendo praticidade e segurança para seus usuários, tornando-se uma alternativa viável aos demais meios de transporte.